

Spencer Toth Sydow

CURSO DE DIREITO PENAL INFORMÁTICO

Partes Geral e Especial

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Crédito da imagem: © Colin / Wikimedia Commons / CC BY-SA 4.0

1178860

Sydow, Spencer Toth
S982c Curso de Direito Penal Informático / Spencer Toth Sydow – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
720 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5680-079-0

1. Direito Penal. I. Sydow, Spencer Toth. II. Título..

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

INTRODUÇÃO	19
A SOCIEDADE DE RISCO INFORMÁTICA.....	25
1. O uso do termo “tecnologia”	36
2. Revolução informacional.....	36
3. Afinal, o que é a virtualidade?.....	38
4. O meio ambiente escondido: <i>Deepweb, Darkweb, Darknet</i>	54
5. A nuvem como parte do meio ambiente virtual.....	57
6. Características do <i>Cloud Computing</i>	62
7. Os riscos da prestação de serviço de <i>cloud storage</i> e as implicações no Direito Penal	65
8. Uma possível 5ª geração de Direitos Humanos	68
9. Uma proposta de definição para o Direito Penal Informático	72
PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL SOB A ÓTICA INFORMÁTICA.....	75
1. Princípio da Legalidade	76
2. Princípio da Culpabilidade.....	79
3. Princípio da Responsabilidade Penal Subjetiva e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	82
4. Princípio da Insignificância ou Bagatela.....	85
5. Princípio da Exclusiva Proteção dos Bens Jurídicos.....	89
6. Princípio da Ofensividade ou Lesividade.....	90
7. Princípio da Intervenção Mínima	91
8. Princípio do <i>ne bis in eadem</i> ou proibição da dupla punição pelo mesmo fato...	93
9. Princípio da Proporcionalidade.....	96
10. Novos Princípios para o Direito Penal Informático.....	98
11. Princípio da Dupla Presunção de Inocência.....	99
12. Princípio do Mosaico	113
13. Princípio da Relativização dos Elementos Informáticos	118
14. Princípio da Sigilosidade Reflexa	130
15. Princípio da Dignidade do Usuário	140

O BEM JURÍDICO INFORMÁTICO	145
1. Introdução	145
2. Aspectos Evolutivos do Instituto do Bem Jurídico Penal	146
3. A Situação Doutrinária do Bem Jurídico	149
4. O Bem Jurídico Informático em Sentido Estrito.....	153
5. Os elementos da segurança informática.....	169
5.1. Confidencialidade.....	174
5.2. Integridade.....	182
5.3. Disponibilidade.....	186
5.4. Integridade, autenticidade e cadeia de custódia	193
5.5. Criptografia e os elementos informáticos.....	200
5.5.1. Breve histórico	200
5.5.2. Criptografia e tecnologia.....	203
5.5.3. Vantagens da criptografia do bem jurídico informático	205
5.5.4. Criptografia e legislação brasileira	208
5.5.5. A evolução da criptografia nos comunicadores instantâneos	213
5.5.6. As dificuldades jurídicas geradas pela criptografia.....	220
5.5.7. Apontamentos finais sobre criptografia.....	228
5.6. Interceptação de dados, quebra de sigilo e bem jurídico informático.....	232
 DESENVOLVIMENTOS DO DIREITO PENAL INFORMÁTICO.....	 241
1. Alocação do Direito Penal Informático no Direito.....	243
2. Competência para legislar sobre Direito Penal Informático.....	244
3. Competência Jurisdicional.....	246
4. O Surgimento e Evolução do Direito Penal Informático Brasileiro.....	250
5. Nomenclaturas e seus conflitos no Direito Penal Informático.....	256
6. Classificações dos Delitos Informáticos.....	266
7. As Características do Direito Informático	274
7.1. Interatividade ou comando	275
7.2. Mobilidade ou portabilidade.....	278
7.3. Conversabilidade	279
7.4. Conectividade	281
7.5. Mundialização.....	283
7.6. Ubiquidade ou simultaneidade.....	285
7.7. Fracionabilidade.....	288
7.8. Divisibilidade	290
7.9. Intangibilidade	293
7.10. Disponibilidade.....	297
7.11. Pluralidade.....	299

SUMÁRIO

7.12. Velocidade.....	301
7.13. Não territorialidade.....	302
7.14. Manipulabilidade.....	303
7.15. Anonimidade.....	305
O DIREITO INFORMÁTICO E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	309
1. Introdução	309
2. Tempo do Delito	310
3. Lugar do Delito	313
4. Conceito Dogmático de Delito Informático	317
TIPICIDADE INFORMÁTICA	319
1. A previsão legal da conduta.....	319
2. O nexó de causalidade informática	319
3. Autoria informática	320
4. A vítima do delito informático	326
5. Autocolocação da vítima em risco	327
6. O evento informático	328
7. Objeto jurídico e objeto material	330
8. Elemento subjetivo do tipo informático	332
9. O erro de tipo informático	337
10. O crime impossível informático	341
ANTI JURIDICIDADE INFORMÁTICA.....	343
1. As Excludentes de Antijuridicidade numa visão informática	343
2. A Legítima Defesa e a Legítima Defesa Informática.....	346
2.1. O antivírus e a legítima defesa	353
2.2. A dificuldade em se identificar um ataque virtual	358
2.3. A falta de lógica dos ofendículos na informática	359
2.4. A ferramenta informática e seu caráter interativo.....	361
3. O estado de necessidade informático.....	363
4. O exercício regular de um direito informático	365
5. O estrito cumprimento do dever legal na informática	368
6. O consentimento do usuário ofendido	371
CULPABILIDADE INFORMÁTICA	377
1. Inimputabilidade	377
2. Potencial Consciência da Antijuridicidade	379
3. Exigibilidade de conduta diversa na informática	380

4.	<i>O iter criminis</i> nos delitos informáticos e suas relações	384
5.	Desistência e Arrependimentos na informática	386
6.	Arrependimento posterior	389
7.	Concursos no Direito Penal Informático	391
7.1.	Concurso de pessoas no meio informático	391
7.2.	Concurso de delitos e Direito Penal Informático	397
8.	Agravamento da pena pelo uso da informática	399
8.1.	Três críticas importantes	402
8.2.	A agravante propriamente dita	405
8.3.	Da incoerência legislativa quanto ao meio informático como agravante... ..	407
9.	Finalidade e Eficácia da Pena no Delito Informático	409

A DELINQUÊNCIA INFORMÁTICA EM ESPÉCIE

1.	As Leis nos 12.735 e 12.737/12	418
2.	O PL nº 84/99 – Lei nº 12.735/2012	420
3.	O PL nº 2.793-C/2011 – Lei nº 12.737/2012	426
4.	A mudança no artigo 298 do Código Penal	428

INTERRUPÇÃO OU PERTURBAÇÃO DE SERVIÇO TELEMÁTICO OU DE INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

INVASÃO INFORMÁTICA

1.	A criação dos artigos 154-A e 154-B do Código Penal	437
2.	Invasão de dispositivo informático com a finalidade de obtenção, adulteração ou destruição de dados ou sistema de informações	440
3.	Invasão de dispositivo informático com a finalidade de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita	449
4.	A figura equiparada do § 1º	454
5.	A causa de aumento do § 2º	456
6.	O tipo de invasão qualificada de dispositivo informático	458
7.	A causa de aumento do delito qualificado	464
8.	A causa de aumento pela especial qualidade da vítima	466
9.	Classificações do tipo	467
10.	As questões processuais penais do artigo 154-B e outras	469

EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL

1.	Questões Formais	474
1.1.	Origem legislativa	474
1.2.	Uma teratologia na alocação do tipo	476
1.3.	Desdobramentos do tipo e classificação	477

SUMÁRIO

2.	Questões materiais.....	481
2.1.	Composição do bem jurídico “dignidade sexual”	481
2.2.	Análise do tipo	482
2.3.	Uma lacuna ainda deixada	487
2.4.	A pena	488
2.5.	A limitação da expressão “cena”	489
2.6.	Dificuldades da ação penal pública incondicionada.....	490
2.7.	Situação de desconhecimento dos envolvidos	491
2.8.	Classificações do delito	492
2.9.	Conclusões.....	494
	EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA	497
1.	Problemas Formais	498
1.1.	Objeto da lei inadequadamente representado	498
1.2.	<i>Nomen iuris</i> do artigo 218-C equívoco e inadequado	499
1.3.	Alocação indevida do tipo.....	503
2.	Problemas Materiais	504
2.1.	Representação do meio utilizado prejudicialmente redundante.....	504
2.2.	Mudança de bem jurídico.....	505
2.3.	O problema do verbo “oferecer”	507
2.4.	A pena mínima.....	510
2.5.	A limitação da expressão “cena”	511
2.6.	Redação confusa	512
2.7.	Dificuldades da ação penal pública incondicionada	515
2.8.	A discutível causa de aumento de pena	516
2.9.	Exclusão de Ilicitude.....	519
2.10.	A revogação do artigo 61 da Lei das Contravenções Penais	521
2.11.	Classificações do delito	522
2.12.	Conclusões.....	523
	INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	527
1.	A má construção do tipo	528
2.	As penas do artigo 313-A	536
3.	Classificações do delito	536
	MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	539
1.	As penas do artigo 313-B e sua causa de aumento.....	543
2.	Classificações do delito	544
	CYBERSTALKING.....	547

SEXTORSÃO INFORMÁTICA.....	555
SCAMMING (ESTELIONATO POR MEIO VIRTUAL)	571
1. Engenharia Social ou Engenhosidade Social?.....	574
2. Social engineering como termo das Ciências Sociais.....	575
3. <i>Social engineering</i> como termo da Segurança da Informação	577
4. A equivocidade da expressão “social <i>engineering</i> ”	578
5. As 6 características da engenhosidade social.....	580
PORNOGRAFIA INFANTO-JUVENIL DA REDE.....	583
1. O problema na expressão “crime de pedofilia”	584
2. Os tipos do artigo 241	598
OUTROS TEMAS DE DELINQUÊNCIA INFORMÁTICA	605
1. <i>Fake News</i> e Direito Penal.....	605
2. <i>Stalkerware</i>	612
CIBERCRIMINOLOGIA.....	617
1. É preciso uma cibercriminologia?.....	617
2. Criminologia e a teoria dos espaços transitoriais.....	630
3. A criminologia e a difícil prevenção do delito informático	640
4. Ótica criminológica do autor do delito informático	645
5. Vitimologia e Vitimodogmática	651
5.1. A parêntese vítima-vitimário.....	670
5.2. A precipitação vitimal	673
5.3. Perigosidade vitimal	674
5.4. Receptividade vitimal.....	675
5.5. A prevenção vitimal.....	675
5.6. A vítima solitária.....	680
5.6.1. A solidão antissocial	682
5.6.2. A solidão relacional	683
5.7. A vítima gananciosa	685
5.8. A vítima curiosa.....	688
6. A Educação Digital e seus impactos na Vitimodogmática.....	689
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	697